
Psicologia e sustentabilidade: da macro à microvisão

Claudio Burlas de Moura^a

Resumo

O presente estudo aborda três eixos temáticos, a saber, sustentabilidade, desenvolvimento e capitalismo. O problema de pesquisa foi constituído pela seguinte questão: Quais fatores impedem a efetiva adoção de uma cultura de sustentabilidade no cotidiano das pessoas? O objetivo da investigação foi discutir possíveis fatores que impedem as pessoas de adotarem uma cultura sustentável em suas atividades diárias. Como metodologia de estudo foi adotado o procedimento de grupo focal, visando apreender percepções de caráter qualitativo sobre o tema da sustentabilidade em um ambiente de interação acadêmica. Conclui-se que a temática abordada é uma preocupação senão recorrente ao menos virtualmente presente na sociedade contemporânea, com representação de ideias, sentimentos e experiências vivenciados por todos, mas efetivamente pouco elaborada.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Sociedade. Desenvolvimento. Capitalismo.

1. Introdução

A sustentabilidade, bem como toda a questão ambiental, é tema recorrente no cenário dos cursos de Administração, seja abordada em disciplina específica, seja de forma transversal, presente como tema atravessador em todas as disciplinas do curso. Diante da relevância e recorrência da temática da sustentabilidade na atualidade como preocupação e mesmo condição prioritária e preponderante para a sobrevivência de toda a sociedade global, surgiu, em um ambiente de sala de aula, de um curso de Administração, a proposta de se aprofundar nesta temática. Esta proposta foi efetivada na formação de um Grupo de Estudo caracterizado como atividade extraclasse em que o tema da sustentabilidade foi pensado, analisado e discutido durante todo o período letivo

^a Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

do primeiro semestre de 2015.

O referido curso de Administração estava lotado em uma Universidade privada do município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. A proposta nasceu na forma de demanda espontânea dos alunos do 6º período, motivados pelas discussões mantidas em sala de aula sobre o tema da sustentabilidade. Embora originário da turma do 6º período a proposta foi estendida como possibilidade de adesão a outros alunos interessados de outros períodos. Efetivamente então, o Grupo de Estudo de Aprofundamento Temático em Sustentabilidade (GEATS) ficou constituído por alunos do 6º período (4), 5º período (4) e 7º período (2), perfazendo uma composição total de dez alunos que se mantiveram inalterados durante o período letivo em que transcorreu os estudos.

Refletindo a dinâmica dos debates ocorridas no grupo, em um primeiro momento, assumiu-se um caráter crítico e problematizador em relação à temática abordada. Este movimento deu-se a partir de discussões disparadas por meio da apresentação dos textos do autor Carlos Eduardo Mazzetto Silva, *Sustentabilidade* (SILVA, 2012b); *Desenvolvimento Sustentável* (SILVA, 2012a), que integram a obra *Dicionário da educação do campo*. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJADO; FRIGOTTO, 2012); e do primeiro e segundo capítulos, respectivamente, *Ecologizando a sociologia: o desafio de uma sociologia ambiental e Modernização ecológica: crescimento econômico versus proteção ambiental*, ambos presentes na obra *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade* (LENZI, 2006). Os textos serviram como referência sistematizadora para os debates posteriores que acabaram por enveredarem e se constituírem em torno da temática dos interesses próprios (ou apropriado pelo capital) do modelo econômico/social/político e cultural (porque também forma uma cultura) capitalista em relação à questão da sustentabilidade, no que convencionou-se chamar de análise macro.

O segundo momento consistiu em uma postura com caráter mais propositivo. Discutiu-se, então, sugestões que pudessem contribuir para a produção de outra relação possível, em termos de um modelo de sustentabilidade que, se não evitasse a apropriação pelos interesses do capital, corrompendo os sentidos da proposta de uma vida/mundo/sociedade sustentável, ao menos atenuasse as forças, tendências, influências e produções próprias do modelo capitalista, modelo que se pretende hegemônico em nossas vidas. Este momento caracterizou-se não em termos de confronto ou embate, a nosso ver infrutífero, ao modelo capitalista, mas a sim em um modelo de implicação e compromisso próprio que refletisse em uma prática de vida e viabiliza-se outras formas possíveis de se pensar a sustentabilidade, o que se chamou,

no âmbito deste estudo, de análise micro. E, inevitavelmente, em nosso entendimento, as propostas se apresentaram em termos de uma ética de vida, mas uma ética aqui compreendida como modo singular de produção de vida.

1.1 Problema

Quais fatores impedem a efetiva adoção de uma cultura de sustentabilidade no cotidiano das pessoas?

1.2 Objetivo Geral

Discutir possíveis fatores que impedem as pessoas de adotarem uma cultura sustentável em suas atividades diárias.

1.3 Objetivos específicos

- Apresentar os resultados e análises empreendidos por um grupo focal de estudo e discussão sobre Sustentabilidade.
- Investigar o tema da sustentabilidade em sua interface com o modelo capitalista da sociedade contemporânea.
- Analisar as implicações éticas em relação à sustentabilidade como modo individualizante de produção e condução da vida no contemporâneo.

2 Metodologia

Os estudos do GEATS seguiram o delineamento e procedimento característicos de um grupo focal, visando apreender percepções de caráter qualitativo sobre um tema complexo como a sustentabilidade em um ambiente de interação acadêmica. Segundo Morgan (1997), os grupos focais se caracterizam como uma técnica de pesquisa qualitativa que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico, sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo, a partir de um grupo de participantes selecionados e buscando obter informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças ou atitudes sobre um tema. Dentre as diferentes modalidades que caracterizam os grupos focais podemos configurar a este como um relatório descritivo, já que pretende apresentar um resumo das discussões empreendidas. As categorias temáticas foram organizadas de forma a propiciar debates, revelando o posicionamento dos participantes em relação a questão proposta após leitura fundamentadora.

O desenho de grupo focal atendeu as necessidades e especificidades

apresentadas pela proposta em questão, principalmente considerando as variáveis de complexidade temática e o tempo exíguo para organização de sua dinâmica. O uso do grupo focal é particularmente apropriado quando o objetivo é explicar como as pessoas consideram uma experiência, ideia ou evento, visto que a discussão durante as reuniões é efetiva em fornecer informações sobre o que as pessoas pensam ou sentem ou, ainda, sobre a forma como agem (VERGARA, 2004).

As atividades de estudo se organizaram operacionalmente da seguinte forma: um encontro semanal de uma hora aula fora do tempo institucional de aula, computado como Atividade Complementar e certificado pela Instituição de Ensino Superior. No total foram realizados 16 encontros com média de frequência superior a 70%.

Como elemento disparador das análises iniciais foi proposto pelo professor (coordenador provisório) do GEATS a leitura de artigos ou capítulos livros que abordassem a temática em estudo, mas sem indicação própria de títulos específicos. Ou seja, em um primeiro momento (uma semana para a realização da tarefa) cada integrante do GEATS faria uma breve pesquisa bibliográfica, escolhendo uma leitura (texto) de interesse próprio dentro do tema proposto e apresentando um resumo crítico em forma oral para todo o grupo, contribuindo assim, para o entendimento do cenário em que a questão se inseri de uma forma mais ampla. Em seguida (dois encontros), a estes debates preliminares elencaram-se problemáticas relativas à apropriação e entendimento que pudessem se relacionar a possíveis fatores que dificultam ou impedem o desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade, seja no âmbito do Estado, das empresas ou dos grupos e pessoas. Após a constituição da problemáticas, o GEATS subdividiu-se em cinco pares que deveriam, cada um, se responsabilizar em conduzir as discussões semanais de cada problemática constituída.

A coordenação das discussões se revezariam entre todos os integrantes do GEATS a cada problemática abordada, sendo que a discussão e análises geradas deveria ser registrada pelo professor e mais dois integrantes do GEATS que se revezariam a cada encontro no papel, excetuando o professor, na função de compiladores dos debates empreendidos. As problemáticas debatidas poderiam se findar em um só encontro ou perdurar por outras semanas conforme conveniência e necessidade estabelecidos pelo próprio grupo. Desta forma, pode-se também vivenciar, no decorrer dos encontros, um estilo de condução participativo e não diretiva, favorecedores de sentimentos de autonomia, reconhecimento, segurança e autoestima.

Espera-se que as análises aqui empreendidas, na dinâmica das discussões engendradas e sua conseqüente análise de conteúdo e de discurso forneçam oportunas

modulações teóricas em transversalizações possíveis ao tema abordado.

3 Análise teórica

3.1 Macroanálise do discurso e práticas capitalista ante à sustentabilidade

As discussões envolvendo a noção da sustentabilidade abordaram algumas questões relativas ao atravessamento do capital no que tange à defesa de seus interesses próprios e as noções também estrategicamente próprias adotadas no discurso e compreensão do que vem a ser ou deveria ser a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Podemos inicialmente, perceber dois conceitos por vezes utilizados como sinônimos e outras vezes com ênfases distintas, embora complementares. O conceito de sustentabilidade, comumente, faz uma crítica do desenvolvimento sustentável enquanto discurso apropriado pelo capital na disputa ideológica (SILVA, 2012b).

Desde a segunda metade da década de 1960, as denúncias de degradação e poluição ambiental tornaram-se mais presentes e intensas. Entre os novos movimentos sociais que ascenderam nesse período estava o movimento ambientalista. O conceito/noção de sustentabilidade sucedeu ao ambientalista e começou a fazer parte do debate público a partir do que podemos, assim, chamar de advento da questão ambiental; questão que, no decorrer dos anos 1960-1970, enfatizará a capacidade do planeta de sustentar as sociedades humanas e seu nível de consumo de materiais e energia, e a conseqüente produção crescente de dejetos e poluição. Assim, como a natureza não é um simples agregado ou depósito de recursos naturais aleatórios e sim um conjunto integrado de unidades naturais, que chamamos de ecossistemas, tal capacidade do planeta se expressa concretamente na sustentabilidade ou insustentabilidade dos ecossistemas, pois são os seus fluxos, ciclos, elementos e recursos que são atingidos pela expansão da produção e consumo das sociedades (SILVA, 2012b).

Nesses termos, o que podemos atestar é que determinados modelos de sociedade ameaçam a natureza, ou, se quisermos dizer de outro modo, determinada forma de relação sociedade-natureza nos trouxe a esta crise ambiental que é, na verdade, socioambiental. Estamos falando das sociedades ocidental-capitalistas que dominaram o mundo nos últimos quinhentos anos e do modo industrial de apropriação da natureza que se instituiu, a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII, viabilizando enorme aceleração do processo de acumulação de capital, mas às custas de uma ação

predatória sobre os recursos naturais disponíveis. O par dicotômico sustentabilidade/insustentabilidade diz respeito, portanto, a um problema civilizatório do tipo de civilização ocidental dominante, cuja relação com a natureza sustenta-se ou insustenta-se por alguns atributos ou fatores de crença operados pela racionalidade moderna, principalmente o que poderíamos chamar de dessacralização da natureza, percebida como meio de recursos a disposição deste tipo de sociedade; assim, como consequência temos: a noção de natureza reduzida a mero objeto e depositária a ser explorada; a progressiva e cada vez mais intensa mercantilização da natureza e da vida pela lógica e ética próprias do capitalismo; crescimento econômico acelerado da produção e do consumo propiciado pela tecnociência moderna e pela produção industrial, estimulado pela acumulação de capital e pelo crescimento populacional; enfim, um entendimento da natureza como exterior e inferior à vida humana, uma visão antropocêntrica do mundo na qual o homem é o senhor e dominador da natureza (SILVA, 2012b).

A subordinação a uma sociedade regida por leis de mercado, pela lógica do consumo e a alienação em relação à natureza e os modos de vida urbano-industriais explicita, ao mesmo tempo que produz, a crise ambiental. Nesta perspectiva, o termo desenvolvimento sustentável deve ser compreendido no contexto da evolução das discussões relativas às contradições entre crescimento econômico e conservação da natureza. O modelo de produção e consumo ocidental-capitalista, baseado no crescimento econômico infinito, revela a imperdurabilidade dos recursos planetários. O planeta não é infinito e seus recursos não são infindáveis; o esgotamento dos recursos e a degradação gerada pelo modo industrial de apropriação da natureza se traduzem em poluição e deterioração da qualidade ambiental (SILVA, 2012a).

Para que estas afirmações, a respeito dos obstáculos impostos por uma visão e modo de vida produzidos por uma sociedade fundamentada em uma lógica puramente contábil, não pareça absurda, insana ou leviana, lembremos, rapidamente, de alguns marcos recentes do processo de desenvolvimento da questão ambiental e sustentabilidade, por exemplo, o Protocolo de Kioto¹, que intentaram, sem conseguir, conscientizar e mobilizar esforços mundiais em prol da preservação e sustentabilidade.

¹ O Protocolo de Kioto foi uma tentativa de se produzir um acordo internacional onde os países se comprometeriam a reduzir a emissão de gases poluentes em benefício do planeta e da humanidade em geral. No entanto, os maiores países poluidores, defendendo seus interesses econômicos, próprios não aderiram ao acordo.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é herdeiro de um conceito anterior, da década de 1980, que procurava discutir a questão dos estilos de desenvolvimento, denominado Ecodesenvolvimento. Esse conceito tocava em questões cruciais, como a importação imposta pelo modelo de desenvolvimento dominante em sentido unilateral, do Primeiro Mundo para o Terceiro Mundo, a relação Norte-Sul, a opressão das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo e a transferência acrítica de tecnologia, geradoras de problemas socioambientais. O discurso do Desenvolvimento Sustentável surge como elemento atualizador, mas, em realidade, configura-se como uma nova estratégia de poder da ordem econômica dominante, modificando o conceito ambiental crítico do discurso do Ecodesenvolvimento para submetê-lo à racionalidade do crescimento econômico. Além do mais, propaga que a superação do subdesenvolvimento no hemisfério sul depende do crescimento contínuo nos países industrializados (SILVA, 2012a).

Inserido em um cenário neoliberal, o mercado global surge como agente milagroso capaz de conduzir ao crescimento sustentado e nesse processo as estratégias de apropriação dos recursos naturais nos marcos da globalização econômica, transferiram seus efeitos de poder ao discurso da sustentabilidade (LEFF, 1998). A retórica do desenvolvimento sustentável acaba, assim, por corromper os sentidos, erradicando, por meio de seu discurso neoliberal uma possível contradição entre ambiente e a exploração do capital. Nessa perspectiva, os problemas ecológicos não surgem como resultado da acumulação de capital. Mas, ao contrário, ainda supõe que, ao assegurar direitos de propriedade e a autoregulação pela livre concorrência, as soberanas e onipotentes leis de mercado se incumbirão de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais.

Os esforços em torno do desenvolvimento sustentável não conseguiram diluir os diferentes interesses em jogo, os quais estão relacionados a diferentes visões de mundo. Aí, as contradições e os dissensos na discussão da sustentabilidade vêm à tona. Afinal, trata-se de definir o que e a quem se quer realmente sustentar. A mesma contradição se coloca no momento em que a biossegurança se confronta com a introdução de variedades transgênicas, quando o princípio da precaução sucumbe à fome de lucro, introduzindo produtos e processos que ampliam os riscos ambientais. Essas contradições entre a racionalidade capitalista e o discurso da sustentabilidade vêm se constituindo na verdadeira questão de fundo do debate, acabando por explicar o fracasso das iniciativas globais em reduzir o aquecimento global e reverter o processo de deterioração dos indicadores ambientais. Esse desenvolvimento, e a tecnociência moderna associada a ele, não é questionável, representando, ainda, a vigência do dogma moderno do

progresso inexorável.

No contexto da redução da problemática sociedade–natureza-sustentabilidade às estratégias de gestão e adequação ambiental, o desenvolvimento (ao estilo industrial-capitalista) vence o ambiente. Esse deve ser tratado no sentido de não ser um impedimento à inexorabilidade e à necessidade absoluta do primeiro. E o modelo de desenvolvimento sustentável financiado pelas grandes corporações e pelo Estado, vítima e parceiro ao mesmo tempo de interesses neoliberais, sacramenta o rumo e destino da sustentabilidade ou insustentabilidade. Assim, o conceito oficial do desenvolvimento sustentável adotado por vários países e governos implica a continuidade de um processo comandado pelo capital transnacional de grandes investidores. Para esses poderosos atores do cenário mundial, não há contradição entre o processo de acumulação capitalista (e suas escandalosas desigualdades sociais e desastres ecológicos) e a perspectiva de sustentabilidade (SILVA, 2012a).

3.2 Microanálise dos modos possíveis de singularização ante à sustentabilidade

Tanto o discurso, quanto as práticas sustentadas em um modelo capitalista operam formas que tentam atuar em todas as produções de nossas vidas, em nossos desejos, necessidades, anseios, sentido e percepções, e enfim, em nossa subjetividade.

No âmbito destas análises não podemos nos furtar de abordar também outra dimensão que poderíamos chamar de nível Ético ou análise micro. Compreendendo Ética como um exercício efetivo de si, ou seja, aquilo que você efetivamente faz de si. Neste sentido, Ética se refere a modos de condução da vida. São formas de conduzir a si mesmo e a própria vida, logo são políticas de vida. Os lugares que ocupamos em nossas vidas revelam nossos graus de implicação com a própria vida e isto revela uma Ética de vida.

Podemos afirmar que a Ética como exercício efetivo de si é sempre, por extensão, afirmativa e, sendo afirmativa, ela não pode se definir nunca como falta, ou seja, não podemos nos referir a uma suposta falta de Ética e nem tampouco defini-la pelo seu reverso, a antiética. Tudo o que fazemos coloca em jogo sempre uma Ética de vida que se afirma em nossas ações, compromissos, atitudes e posições assumidas. O que chamamos falta de Ética ou antiético nada mais é do que uma Ética em curso, que se revela. A questão que se coloca então, é pensarmos qual o compromisso ético que se revela em nossa política de vida ou, dito de outro modo, quais modos de ser e estar no mundo estamos produzindo em nossa Ética de vida. E modulando ainda mais a questão,

que implicações para a vida nossa Ética em curso está produzindo.

Somos todos sujeitos de uma Ética e não podemos fugir a isto. Assim sendo, a Ética é efetiva, produz efeitos e impacta a vida. A forma como conduzimos nossa vida tem variados graus e formas de afetabilidade. Somos, nesse sentido, também sujeitos da afetação, estamos o tempo todo afetando e sendo afetado. A noção de sustentabilidade convoca-nos a pensar nestes termos aqui expostos e, como convocação, podemos ou não atendê-la; mas, dede já, esta resposta estará afirmando nosso compromisso ético com a questão ou a Ética de vida colocada em curso ao aceitar ou rejeitá-la como questão.

As posições extremamente individualistas que constatamos em variadas situações são reflexos de um modelo mercantilista pautado em uma lógica contábil que invade a vida, assumindo formas utilitaristas ante às produções da vida. Nesse sentido, a forma como conduzimos a vida e nos relacionamos com as pessoas e a natureza está condicionada pela visão de que estes são objetos dispostos para serem explorados pelo homem. Assim, interagimos com a vida sobre o enfoque da objetivação, ou seja, transformando-a em objeto a ser manejado por interesses apropriados, pessoais e contingenciais, sem considerar seus desdobramentos sobre outrem, apenas considerando às próprias necessidades e interesses.

Outra importante questão a se destacar é que não existe nenhuma concepção de meio ambiente livre de valor. Isso significa que a ideia de um ambiente natural, livre e intocado, embora interessante por permitir, aparentemente, transcender a questão dos valores e intervenções do homem é contraproducente, pois associa o ambiente a algo que está além da cultura humana, que não é influenciado por nossos valores, escolhas e práticas sociais; o que nos levaria a conceber o ambiente como livre de nossa subjetividade, de nossos interesses políticos, sociais e econômicos, não sendo efeito destes sistemas valorativos (LENZI, 2006).

Portanto, devemos pensar “ambiente natural” como um sistema imbricado a práticas sociais, não estando além da cultura, mas antes, sendo efeito de práticas que constituem o sentido dado ao que seja natural ou natureza. Em outras palavras, precisamos pensar a natureza como produto de práticas sociohistóricas que a produz e mantém (LENZI, 2006). A questão ambiental não pode ser compreendida como dimensão separada e distinta do social. Porque, por um lado, tanto o social se ressentido dos efeitos da degradação do meio ambiente como, por outro lado, é este mesmo social que atua na degradação do meio ambiente, portanto são dimensões inseparáveis e o pensamento social é também pensamento ambiental.

4 Considerações finais

A adoção de um modelo de Grupo de Estudos de base focal foi interessante, pois propiciou a todos os seus integrantes experimentar, em um ambiente favorável à discussão, a oportunidade de expressar percepções, opiniões, valores pessoais e pontos de vistas de forma relativamente segura, sem ameaças a autoimagem. Ainda que houvesse determinados critérios previamente estabelecidos, em acordo com os objetivos das tarefas propostas e do tema de interesse comum dos participantes, a interferência do professor foi mínima e pontual, na direção de dinamizar os encontros e fazer circular a palavra. Isto permitiu gerar entendimentos à questão proposta de uma forma mais ampla, libertando-se de determinadas concepções padronizadas. Mas, existem também limitações que se impuseram em decorrência do modelo de estudo adotado, Grupo Focal, quais sejam, a inconveniência de ser um estudo com composição de integrantes limitados por um determinado ambiente institucional, limitando as possibilidades de generalização nas análises empreendidas; e a brevidade temporal com debates compactados pela organização, estrutura e funcionalidade próprias de uma Instituição de Ensino Superior.

Algumas considerações realizadas no decorrer das análises empreendidas necessitam de cuidado e atenção em relação a suas interpretações possíveis, pois as discussões não apontam exatamente para uma ampla relevância do tema, mas antes aponta para o interesse característico de um tema composto por um Grupo de Estudo específico, abordando determinado assunto. As argumentações desenvolvidas, as categorias teóricas constituídas (que chamamos de Macroanálises e Microanálises) e os resultados alcançados revelam apenas como os participantes do GEATS se posicionaram diante do tema proposto. Mas, talvez possamos ousar, sem sermos pretenciosos, e acreditar que estes achados fornecem pistas e talvez tendências pontuais, destacando preocupações que, se oportunamente expandidas, possam se desdobrar ou contagiar o pensamento de outros atores sociais que não só os participantes do GEATS. Sendo assim, talvez seja válido afirmarmos que esse tema é uma preocupação senão recorrente ao menos virtualmente presente na sociedade contemporânea, representação de ideias, sentimentos e experiências vivenciados por todos, mas efetivamente pouco elaborado.

Referências

CALDERT, R. S. et al. (Org.). Dicionário da educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília, DF: Líber

Livro, 2005. (Série Pesquisa em Educação).

KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). Qualitative research in health care. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

LEFF, E. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA, P. F. et al. (Org.). Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti e Aped, 1998. p. 165-172.

LENZI, C. L. Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade. São Paulo: Edusc, 2006.

MORGAN, D. L. Focus group as qualitative research. London: Sage, 1997.

SILVA, C. E. M. Desenvolvimento sustentável. In: CALDERT, R. S. et al. (Org.). Dicionário da educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p.206- 211.

_____. Sustentabilidade. CALDERT, Roseli Salete et al. (Org.). In: Dicionário da educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012b. p.730- 733.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.



Informações do Autor

Claudio Burlas de Moura: Pós doutorado Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Pós doutorado em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Contato: claudioburlas@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5928-2418>